



Ciência e meio ambiente:
urgências para o ensino
de jornalismo

22º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo
e IV Congresso de Jornalismo da Amazônia

De 25 a 28 de Abril de 2023

local: Universidade Federal do Amazonas (UFAM) - Manaus/AM



AGENDA AMBIENTAL POR UM JORNALISMO EDUCADOR

Maria de Fátima de Albuquerque Caracristi; mariaf@uft.edu.br
(orientador)

Bruna Conceição Lima; bruninhato@mail.uft.edu.br
(coautor)

Thais Oliveira da Silva; thaisoliver@uft.edu.br
(coautor)

RESUMO

O Projeto de Extensão Agenda Ambiental foi produzido na disciplina de Jornalismo Ambiental do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins. A disciplina tem uma carga horária reduzida, com 30 horas, e é oferecida na condição de optativa, o que motivou a inserção da mesma como um projeto piloto para serem pesquisadas a origem e os objetivos da Agenda ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável). Especificamente os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) a serem atingidos pelos países para que o planeta Terra adquira a possibilidade de longevidade pela utilização mais equânime dos recursos naturais e sociais, são tratados tomando como referência os temas locais do Tocantins e da capital, Palmas. Pode-se concluir que o projeto apresenta-se como objetivo desafiador pois trata os conteúdos levantados simulando um laboratório de redação multimidiática. O resultado alcançado até o momento é um robusto conteúdo de temas intrínseco do Estado do Tocantins, mas que se reverbera nos outros pontos do país e do mundo.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo. Ambiente. Tocantins. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

1. INTRODUÇÃO

O jornalismo é uma prática profissional sensivelmente imbricada com o cotidiano da vida social, é a função do jornalismo propor pautas que coadunem com a realidade vivida, imprescindível para as relações, o jornalismo atribui à sociedade a condição de expectador da própria realidade que construiu. Irremediavelmente, o que o jornalismo traz como notícia é uma realidade grotesca que reflete num espetáculo midiático o desfazimento de relações pretéritas de comunhão e promove as interlocuções dos atores da comunidade e o protagonismo de indivíduos responsáveis pelo caos social ao qual nos impuseram vivenciar na curta passagem da vida de cada um de nós

Neste sentido a cobertura da realidade é moldada por vários vieses, mas o que é permitido ao profissional de mídia levantar? Poderíamos dizer que como ponto de pauta está a totalidade do planeta, que performaticamente dá protagonismo às diretrizes de políticas de governos institucionalizados internacionalmente, que subtrai

as falas das agendas comunitária abrindo as cancelas para as agendas formadas pelos grupos de poder

Descortinar em meio a tantos objetos de relevo para a cobertura jornalística e fazer disto, o objetivo de uma produção de conteúdo jornalístico para um projeto de extensão exigiu que fossem suprimidos vários temas de relevo social, e que pelo viés objetivo que é necessário na análise dos processos do método científico, elegêssemos o tema da Agenda Ambiental para dar conta das variáveis e interseção em constante alteração do cotidiano.

Mais objetivamente, o projeto de extensão, que pretende-se elucidar neste artigo refere-se à agenda ambiental, mais especificamente aos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) a serem atingidos pelos países para que o planeta Terra adquira a possibilidade de longevidade pela utilização mais equânime dos recursos naturais e sociais, o que se apresenta, hoje, como uma retórica desafiadora.

Durante a Rio+20, conferência das Nações Unidas realizada no Rio de Janeiro, em junho de 2012, os 193 Estados membros da organização discutiram o desenvolvimento sustentável, uma forma de evoluir atendendo às necessidades da geração atual, sem comprometer a existência das gerações futuras. Foi nessa ocasião que surgiram os ODS, um plano de ação com 17 objetivos globais para serem cumpridos até o ano de 2030, a fim de que todos os países cresçam e cooperem nessa agenda de sustentabilidade.

Os ODS são os sucessores dos Objetivos do Milênio, que surgiram no ano 2000, quando os países membros da ONU propuseram os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabelecendo metas para o período entre 2000 e 2015.

Alguns avanços foram consideráveis na redução da pobreza global, no acesso à educação e à água potável, o que levou a continuidade do trabalho realizado, com a inscrição de novas metas a serem atingidas para os próximos 15 anos.

Acabar com a pobreza, proteger o meio-ambiente e assegurar que todas as pessoas tenham paz e prosperidade. Essas são algumas das metas desafiadoras propostas pela Organização das Nações Unidas para o mundo nos próximos nove anos.

A Agenda ODS compromete-se com as questões de inclusão, inclusive a de gênero, neste sentido o Projeto Agenda Ambiental propõe tanto ao discente como ao

docente, um amplo e rico tópico de questões que serão discutidas, alinhavadas pelas teorias de autores importantes, ampliando a percepção da pesquisa e não obstante, protagonizando eventos que potencializam o ensino e a extensão, dando solidez ao tripé ensino-pesquisa-extensão.

As necessidades de promover o equilíbrio entre produção e consumo, mitigando as formas desiguais das ofertas de serviços que são prioritárias para a maior da população é um dos grandes interesses dos estados e países no mundo. Neste sentido, a promoção da agenda ODS é uma contribuição importante para que haja a popularização da existência dos 17 objetivos e, ainda, levantar discussões e orientações salutares para o entendimento dos desníveis de desenvolvimento e, principalmente, o mais preocupante que é a presença incontestada da fome. (IPEA, *online*)

O Projeto Agenda Ambiental se justifica pela maneira fácil, acessível que prevê realizar as discussões acerca dos 17 objetivos da ODS, ao mesmo tempo que promove o compartilhamento dessas informações pelas redes sociais, além de inserir no sistema de aprendizagem elementos criteriosamente selecionados para o debate crítico e a formação discursiva, atenta às questões que envolvem a necessidade de equacionar as desigualdades sociais, os conflitos sociais e o mais perverso de todos os índices, que é a fome e pobreza.

O Projeto Agenda Ambiental tem a cerne no conceito de cidade educadora, que vem a ser um sistema complexo em constante evolução, que oferece sempre prioridade absoluta ao investimento cultural e à formação permanente da sua população. A Universidade é uma cidade - “a cidade educadora”, que prevê a existência:

[...] (econômica, social, política e de prestação de serviços), uma função educadora, isto é, quando assume uma intencionalidade e responsabilidade, cujo objectivo seja a formação, promoção e desenvolvimento de todos os seus habitantes, a começar pelas crianças e pelos jovens. As razões que justificam esta nova função devem ser procuradas, precisamente, em motivações de ordem social, económica e política, assim como, e sobretudo, em motivações de ordem cultural e educativa. (CIDADE EDUCADORA, DECLARAÇÃO DE BARCELONA, 1990).

Ainda de acordo com a Declaração de Barcelona, o grande desafio do século XXI é investir na educação de cada indivíduo, de maneira que este seja cada vez mais capaz

de exprimir, afirmar e desenvolver o seu próprio potencial humano, que sucinta da individualidade, construtividade, criatividade e sentido de responsabilidade, “como de um sentido de comunidade - capacidade de diálogo, de confrontação e de solidariedade”. (Declaração de Barcelona, p.4)

Respaldados por esses conceitos, visa-se motivar, ampliar o senso crítico e a capacidade criativa dos alunos - pensar globalmente e agir localmente - atuando na esfera do território tocantinense. As constatações dos impactos sofrido pelo avanço do agronegócio, que tem trazido desgaste ao bioma, promovendo a escassez de bacias importantes, como as do rio Formoso, e Araguaia-Tocantins e a desorganização das estruturas etárias dos povos tradicionais que habitam o Tocantins são exemplos das preocupações e das pautas da Agenda.

A par deste cenário é também importante destacar o aumento da pobreza em Palmas, pelo movimento de migração, que tem desencadeado a mendicância, já transmutando a paisagem urbana ainda que de forma incipiente, mas já gerando inquietação, indicando sinais de um futuro aterrador, a exemplos de outras cidades das várias regiões do Brasil.

Na dicotomia, interior e cidade, alastra-se nos centros de produção da monocultura da soja a pobreza e nas periferias da cidade há o aumento populacional e subsequente da fome, alargada pela Covid-19, que reverberou em atitudes de aumento de violência pelos grupos do crime organizado, grupos estes, muitas vezes infiltrados nas escolas públicas das periferias, onde o tráfico opera aliciando jovens e crianças.

Setores urbanos como capadócia, e áreas de ocupação adjacentes são exemplos do que Hirao *apud* Bazoli (2011) discute, a inoperância das políticas públicas oferecendo privilégios aos setores hegemônicos. Para os autores fica impossível entender:

[...] o processo de segregação espacial do governo: se o governo é detentor de grande parte das glebas urbanizadas na região central. Outra fatia considerável das áreas está nas mãos das empreiteiras que receberam os imóveis em dação de pagamento para realização de obras na cidade. Portanto, detecta-se empiricamente não ser do planejamento urbano o problema, mas sim da vontade política para quebrar este ciclo de dominação.

O autor ainda questiona: “Qual a razão do plano urbanístico da cidade, previsto para acolher uma população de 2 milhões de habitantes, abrigar atualmente apenas 139 mil?” Outro tratamento que merece atenção diz respeito à desigualdade de gênero, as afrontas sofridas pelas mulheres pretas, que são as mantenedoras das famílias, enfim, a necessidade de implementar debates e abrir críticas à violência contra a mulher, ao feminicídio, ao aumento de crianças que nascem sem o nome do pai nas certidões, dentre outros temas que são de clara violação de direitos humanos são inseridos como pautas no Projeto Agenda Ambiental.

Joana Mostafá et al (IPEA, *online*) mostram que as nove metas globais que compõem o ODS 5 dão conta da quase totalidade das dimensões mais relevantes da desigualdade de gênero.

As metas do ODS 5 cobrem desde temas clássicos, como a violência (meta 5.2) ou a saúde reprodutiva (meta 5.6), até temas relativamente novos, como a igualdade no acesso às tecnologias da informação (meta 5.b) e a efetividade do arcabouço específico de políticas de redução das desigualdades de gênero (meta 5.c).

Para dar conta da amplitude de temas e da natureza subjetiva de cada item, é que se pensou no projeto da Agenda Ambiental, para que além dos objetivos, o ODS 5 funcione como uma espécie de guarda-chuva, para tratar diversas metas de um mesmo fenômeno.

Uma característica marcante do ODS 5 é a irredutibilidade das metas relacionadas à violência, à discriminação e às práticas nocivas, que estabelecem a redução total destes fenômenos, utilizando termos como “acabar” e “eliminar”, bastante em linha com a abordagem internacional dos direitos humanos.

Os 17 objetivos para o Desenvolvimento Sustentável são

Objetivo 1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

Objetivo 2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura.

Objetivo 3: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Objetivo 4: Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Objetivo 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Objetivo 6: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.

Objetivo 7: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.

Objetivo 8: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.

Objetivo 9: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

Objetivo 10: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Objetivo 11: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Objetivo 12: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

Objetivo 13: Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.

Objetivo 14: Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

Objetivo 15: Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Objetivo 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Objetivo 17: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Breve consideração acerca dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Acabar com a pobreza, proteger o meio-ambiente e assegurar que todas as pessoas tenham paz e prosperidade são algumas das metas desafiadoras propostas pela Organização das Nações Unidas para o mundo nos próximos oito anos. Mas, como alcançá-las? Pensando em criar propostas concretas para atingir este propósito, foram criados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ou ODS.

A estimativa da população mundial para 2021 indicou 7,8 bilhões de habitantes, de acordo com dados do portal WorldO'meter (*online*) Metade desta população vive em centros urbanos, cerca de 3,5 bilhões, mas a fome é um problema secular que afronta o mundo e o Brasil, especificamente há muitos anos.

Uma pesquisa realizada pela Rede Penssan, sobre “Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil” indica que “ de uma amostra de 2.180 domicílios, a pesquisa concluiu que: 116 milhões de pessoas — mais da metade dos lares brasileiros — estavam em situação de insegurança alimentar e 19 milhões passavam fome”. (BRASIL DE FATO, 2022).

A questão principal discutida por Castro (1984), um dos primeiros autores a tratar do problema da fome no Brasil é saber, como se alimentam as pessoas. As primeiras pesquisas realizadas apontam para respostas: “alimentam-se mal”. Mais da metade desses seres humanos se encontra, mais ou menos, em estado de subnutrição. E tal estado só tende a agravar-se, uma vez que a população da Terra cresce de ano a ano em cerca de 50 a 60 milhões de indivíduos.

Devemos acrescentar que a subnutrição não atinge apenas os países mais atrasados, mas também grupos inteiros de população nos países mais adiantados do mundo. Castro (1984, p. 23) diz que :

“a palavra fome já não basta”. É que o termo evoca simplesmente a insuficiência da quantidade de alimentos, provocando a subnutrição e a “morte pela fome”. Trata-se agora de outra coisa. Viemos a saber que não é apenas quando nossa alimentação é insuficiente que estamos ameaçados. Também o estaremos se ela for mal constituída.

Além da fome a ameaça aos recursos naturais e ambientais

É interessante notar o esforço que Harvey (2011, p. 66) faz buscando “tensionar” a categoria natureza: “é tão ampla e tão complicada que pode abranger praticamente tudo o que é material (incluindo, é claro, a chamada “segunda natureza” produzida pelas atividades humanas [...])”. Para Harvey (2011, p.66) a discussão de uma primeira e segunda natureza não é importante posto que mesmo “o conceito de recursos naturais é, por exemplo, uma avaliação técnica, social e cultural, de tal modo que qualquer escassez natural aparente pode, em princípio, ser mitigada, se não totalmente contornada por mudanças tecnológicas, sociais e culturais”. Não obstante ele questiona o próprio termo natureza qualificando-o como “simples demais para dar conta da imensa diversidade geográfica de formas de vida e da complexidade infinita dos ecossistemas interligados” (HARVEY, 2011, p.67).

Hardin Garrett publicou no ano de 1988 a “A tragédia dos Comuns” uma analogia sobre a ação antrópica no planeta, orientado pela lei do mercado. Para o autor, as pessoas agem por interesses próprios para obterem ganhos imediatos e esquecem o dano futuro, já que elas não sofrerão as consequências.

Garrett sugere que a usurpação causada aos recursos naturais pela ação dos indivíduos não é refletida imediatamente, ou seja, o prejuízo é diluído e chega atrasado com relação ao benefício recebido por cada pessoa que usou o recurso natural.

O uso dos recursos naturais, dado pelo grande crescimento da atividade econômica, tem ocasionado transformações ambientais que vão da escala micrológica até a planetária. Algumas alterações negativas se mostram irreversíveis, outras parecem difíceis e onerosas para serem revertidas, porque atingem a complexidade ambiental que interfere também na vida cultural e social dos indivíduos.

Produzir, no momento presente, prescinde de um preço a ser pago, mas não é pago apenas pelos causadores dos impactos, mas por todo o planeta. A taxação como compensação pelos estragos que o mercado ocasiona aos recursos naturais vem fazer contraponto ao que Hardin estabeleceu como critério de orientação: o fato de que os indivíduos, numa sociedade de classe, tendem a agir por interesses próprios, visam um ganho imediato com suas ações e não se preocupam com os impactos causados ao

ambiente, porque esses impactos são realizados no mecanismo social hegemônico e são sentidos, apenas, em longo prazo.

Introduzir esses gastos ambientais nos processos produtivos é uma opção que o próprio mercado articulou para prevenir os efeitos que o desenvolvimento tem desencadeado no ambiente.

O capitalismo, como qualquer meio de produção, baseia-se no usufruto da natureza. O esgotamento e a degradação das terras e dos recursos naturais interferem, também, na destruição dos poderes coletivos de trabalho, que são a raiz da produção de toda riqueza.

Assim, os autores acreditam que o problema mais profundo para os meios de produção no sistema capitalista, é exatamente o limite do uso dos recursos naturais em potencial, os empresários capitalistas trabalham em seus próprios interesses, tomam a posição de indivíduos sem compromisso com a degradação.

Nesta perspectiva, que se evoca a lei do mercado, as últimas questões a serem resolvidas são a desigualdade social e a degradação ambiental. A prioridade fica a cargo do sistema financeiro, uma prerrogativa difícil de se alterar, uma vez que as políticas em curso e as anteriores estiveram voltadas para resolver a situação de fragilidade do capital e suas reiteradas crises.

Para Harvey, o capitalismo consegue o acúmulo de riquezas e de poder. Não há alteridade, a estrutura política e econômica favorece a manutenção de ambos, o poder e a renda, há uma proteção e um controle estatal e das grandes corporações para que esta situação não se modifique.

O sonho de uma alternativa, que Harvey denomina de “irracionalidade capitalista”, poderia ser obtido por meio da mobilização das paixões humanas na busca coletiva por uma vida melhor para todos. Essas alternativas, historicamente chamadas de socialismo ou de comunismo, foram tentadas em diferentes épocas e lugares, mas também não lograram êxito.

Atentos a todas as questões que permeiam a sobrevivência da desigualdade, da exploração do homem pelo homem, é que o Projeto Agenda Ambiental visa discutir, e compartilhar as nuances que afetam o planeta e a vida diária de cada indivíduo,

tomando como base a Agenda ODS e suas indicações de alternativas para um mundo mais justo.

A expertise da academia, o compromisso social das universidades, o trabalho do jornalismo, são enlaces importantes no projeto da Agenda Ambiental. O emprego da técnica jornalística possibilita a emancipação de pensamentos, a renegociação das atenções da sociedade.

Abrir brechas para que os alunos coadunem a pesquisa e a prática jornalística, sem haver distinção de valores nem de ordem de uma sobre a outra, mas admitindo que pela motivação que se vence a apatia pedagógica é o que visa-se obter com a experiência pedagógica da Agenda Ambiental.

Menezes (2017) diz que:

A importância de maior participação popular nas iniciativas voltadas ao alcance das metas que compõem a ODS é na fiscalização das ações públicas se explica pela necessidade de adequação do discurso global e das grandes metas e objetivos em iniciativas e políticas que atendam as necessidades particulares locais e que lidem diretamente com as demandas específicas de países e populações. A uniformidade do discurso global não deve ser entendida como a homogeneização dos caminhos para se atingir os objetivos ou com modelos e políticas de tipo *onde-size-fits-all*. Ao contrário, este discurso deve ser traduzido para compreender os problemas locais.

A falta de participação social nas iniciativas das políticas públicas é natural mesmo em regime democráticos, compete à educação refazer constantemente ações, operações, projetos e iniciativas que promovam a sinergia acadêmica. A UFT é uma entidade que deve abrir espaços para que sejam discutidos, reorientados e executados projetos de participação social e inclusão, o que se almeja em pequena escala, com esta proposta.

Objetivos e Metodologias

Geral

Desenvolver um acervo de conteúdos educacionais digitais com atores importantes de cada 17 itens da Agenda ODS, pela técnica da entrevista em estúdio.

Específicos:

i. Instrumentalizar a sistemática de estudo e levantar o estudo da arte do tema.

- ii. Produzir 17 entrevistas de estúdio
- iii. Produzir 17 podcasts
- iv. Promover reforço midiático dos conteúdos nas redes sociais instagram e youtube
- v. Produzir um artigo científico com a experiência final do projeto

Metodologia Participativa, Problematizadoras e Colaborativas

As técnicas para estimular o diálogo e a desconstrução da rigidez acadêmica envolvem procedimentos diversificados, o que sugere a promoção de relações interpessoais dialógicas e a participação dos estudantes de forma colaborativa.

As tentativas são de dar protagonismo aos estudantes, e aos sujeitos sociais e coletivos participantes da vida local, que têm as ações retratadas numa esfera global.

Freire (1996) (1974) quando se refere aos métodos de ensino-aprendizagem rompe com a instrução bancária, aquela que confere ao professor o papel de todo do saber. É importante a compreensão de que o processo que ensinar não é sinônimo de transferência de conhecimento, e sim da criação de possibilidades para a construção, ou seja, ensinar é abrir a mente do aluno para que ele veja a diversidade de certezas e incertezas do que está sendo ensinado.

A reciprocidade, entre aluno e professor e vice-versa, confere ao aluno a capacidade de ensinar, e, despertar, também, no professor a abertura de aprendizagens. Ao ensinar, também se aprende, e o aluno ao aprender, também será capaz de ensinar. O processo de aprender desperta a curiosidade no aluno e isso pode torná-lo mais criativo, o que Freire nomeou de “curiosidade epistemológica”.

Nos referimos também à “interlocação entre professor e aluno, a problematização da realidade, a prática social que se tem e que se quer ter, os vínculos entre educação e sociedade, entre educação e política, dentre outros aspectos” (ARAÚJO, 2017, p. 18). A Metodologia Participativa possibilita a problematização mais ampliada das questões-chaves que são de interesse do pesquisador e sugere como campo de ação a inserção de atores que podem se tornar protagonistas nos processos de produção de conteúdo.

Na esfera do Jornalismo

Parte-se do entendimento que o jornalismo enquanto atividade profissional está imbricado com os aparatos tecnológicos midiáticos na distribuição do conteúdo e na abordagem comunitária dos atores sociais na obtenção das falas e narrativas dos mesmos. Neste sentido, é comum ao jornalismo a metodologia colaborativa no sentido da produção de conteúdos. Não há nada hermético, a história é contada de maneira a reportar fatos verídicos.

A metodologia que se adotou está respalda em etapas que são:

- i. Instalação de uma rede interativa ODS

Que visou promover oficina de prospecção de conteúdo e criação de pautas coletivas, promoveu a interdisciplinaridade na produção de relatos dos fatos apreendidos no cotidiano da sociedade tocantinense, que receberam tratamento adequado para atender as mais diversas mídias e canais de distribuição deste conteúdo, em textos, fotos, vídeos, sons, melodias, ilustrações.

- ii. Pessoa, Planeta, Prosperidade e Paz (5Ps - 5 dimensões da agenda)

Níveis de imersão do acadêmico e alteração da relação entre quem entrevista e quem é entrevistado. Foco no impacto dos conflitos sociais nas comunidades e territórios para o mediador superar os limites da entrevista e quebrar a rigidez da construção da fala jornalística, estimulando a investigação de possíveis canais de distribuição de conteúdo além dos tradicionais.

- iii. Favorecimento do diálogo que possibilita a transposição da consciência ingênua para a consciência crítica, a concretização da interdisciplinaridade e a promoção da aprendizagem de conhecimentos científicos.

Cronograma da Execução das Produções realizadas pela Agenda Ambiental

Ações do Projeto	Período 6 meses	Datas	Material já produzido
Oficinas integrativas e produção de artigo	<input type="text" value=""/>	De 07/09/2022 até 30/03/2023	
Produção vídeos, podcast, exposição fotografias, alternativas	Em funcionamento	07/09/2022	<p>Já foram produzidos um total de 3 programas de entrevistas piloto com os ODS - Combater a violência e taxas de mortalidade</p> <p>ODS - Combate à fome ODS - Paz, justiça e instituições eficazes</p> <p>Sociedade pacífica e inclusiva</p> <p>-</p>

Entrevistas	Lançado ▾	09/03/2022	*Indígena da etnia Cara Preta - Kamutaja Awã conflito de terra *Procurador da República Eduardo Manzano e Delegado da Graco Afonso
Ações do Projeto	Período 24 meses	Datas	Material já produzido
			*Geovanne do Conselho Indigenista Missionário e Eliane *Eutália Barbosa e Brigagão - Educação e Saúde

Exemplos de Programas que foram desenvolvidos e estão disponíveis no Canal do Youtube – Agenda Ambiental

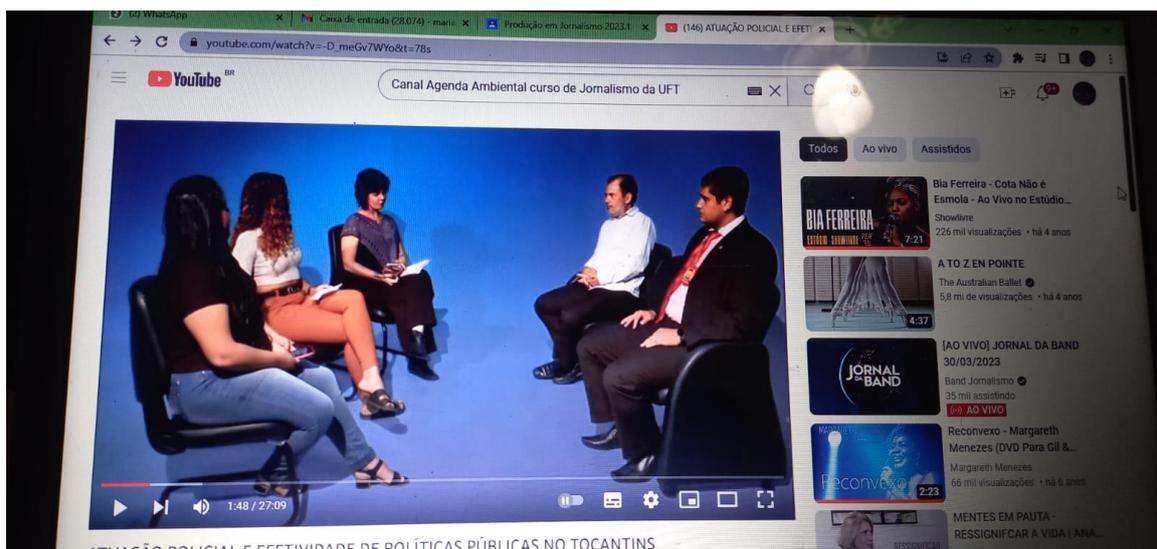
Atuação Policial e Efetividade de políticas públicas no Tocantins – link: https://www.youtube.com/watch?v=-D_meGv7WYo&t=78s

Abaixo o trecho do resumo do projeto que serviu de descrição nas redes sociais. Neste episódio foram produzidos conteúdos para o Canal de Youtube, para o Instagram e para o Spotify.

Na apresentação dos produtos lê-se:

Somos um projeto que dialoga sobre as metas globais do [#DesenvolvimentoSustentável](#) 🌍 que precisam ser cumpridas até 2030. Desenvolvido por alunas do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins (UFT), sob supervisão da Professora e Doutora Maria de Fátima Albuquerque Caracristi. Entrevistados Dr. Álvaro Manzano - Procurador Da República no Tocantins, Dr. Álvaro Manzano Delegado Afonso José Azevedo De Lyra - Chefe Da Diretoria De Repressão à Corrupção e ao Crime Organizado (Dracco). Redes Sociais Instagram: @agendambientalfuft

Imagem 1 – GRAVAÇÃO EM ESTÚDIO DO PROJETO AGENDA AMBIENTAL, ALUNAS DARA VITOR lunas do Projeto Agenda Ambiental entrevistando Dr. Álvaro Manzano e o Delegado Afonso José Azevedo De Lyra - Chefe Da Diretoria De Repressão à Corrupção e ao Crime Organizado (Dracco).



Fonte: Arquivo do Projeto Agenda Ambiental

O mesmo tema também depois de editado e recebido tratamento adequado também é publicado no canal do Spotify “Agenda Ambiental”.

IMAGEM 2. POSTAGEM DO PROJETO NO INSTAGRAN



Imagem do Instagram, arquivo do Projeto.

Considerações Finais

O jornalismo é uma prática profissional sensivelmente imbricada com o cotidiano da vida social, é a função do jornalismo propor pautas que coadunem com a realidade vivida, intercambiando as narrativas, abrindo ou fechando portas para o imprescindível, que é trazer para o debate as interlocuções dos territórios outros, distantes e diversos, do planeta terra.

A propositura de num projeto de extensão abarcar-se as práticas de ensino e pesquisa estão referenciadas nas discussões que hoje parecem carecer de um senso crítico ainda mais acurado porque traz subjacente a ideia de inovação como a salvaguarda da educação, o que pelo nosso ponto de vista é equivocado.

A inovação tem transitado pelo oposto do processo educativo porque foi cooptada pelo mercado capitalista. A partir do princípio conceitual “inovação” ao qual está sujeito à palavra, tudo o mais parece ser sem utilidade, quando a bem da verdade o que se promove é a ingerência de uma tecnologia desprovida de sinergia com os pressupostos dialéticos.

Quando em um projeto de extensão utiliza-se a tecnologia contemporânea, que é o que permite o jornalismo existir, os suportes tecnológicos, não pode-se esquecer das bases conceituais que reverberaram na academia desde os norteadores sociológicos bem como as teorias marxistas.

A Agenda do ODS, (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) proposta que emerge da Organização dos Estados Americanos (OEA) compromete-se com as questões de inclusão, inclusive a de gênero, neste sentido o Projeto de Extensão Agenda Ambiental propõe tanto ao discente como ao docente, um amplo e rico tópico de questões para serem discutidas, alinhavadas pelas teorias de autores importantes, ampliando a percepção da pesquisa inserida na base da ação extensionista, que no caso da profissão de jornalista é cotidianamente feito e refeito, sem pesquisa não há um jornalismo crível.

Não obstante, protagonizando eventos que potencializam o ensino e a extensão, dando solidez ao tripé ensino-pesquisa-extensão foi uma tentativa experienciada pelo Projeto da Agenda Ambiental, que via de regra tem promovido um debate interessante entre as fontes, entre os setores da academia e posteriormente compartilhada nas mídias sociais, proporcionando para os participantes do projeto de extensão a satisfação de vivenciar a realidade mediada pelo labor jornalístico.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, José Carlos de Souza. **Da metodologia ativa à metodologia participativa**. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). **Metodologia participativa e as técnicas ensino aprendizagem**. Curitiba: CRV, 2017, p. 17-56.

BAZOLLI, J. A. **A dialética da expansão urbana de Palmas**. Revista Vituvirus. Palmas

(TO). ano 12, out. 2011.
<https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/12.135/4088>

(IPEA). <https://www.ipea.gov.br/portal/>

BRASIL DE FATO. **Inflação e desemprego devem agravar fome no Brasil em 2022**.

<https://www.brasildefato.com.br/2022/02/01/inflacao-e-desemprego-devem-agravar-fome-nobrasil-em-2022-diz-economista>.

CASTRO, J. **A Geografia da fome**. 7ª edição, atualizada, Editora Brasiliense, São Paulo, 1984.

CARTAS DAS CIDADES EDUCADORAS. [.org/Carta-das-cidades-educadoras.pdf](https://www.cartasdasidadeseducadoras.org/Carta-das-cidades-educadoras.pdf).

CORDEIRO, F. M.; ANDRADE, F. “**Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação**”. Revista Brasileira de Educação, v. 14, n. 41 Maio/Ago, 2009.

ESTATÍSTICAS DO MUNDO EM TEMPO REAL.

<https://www.worldometers.info/br/>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 56. ed. ver. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HARDIN, G. **The tragedy of the Commons**. In: Daly (ed.) **Econ, Ecol Ethics**. San Francisco: W.H. Freeman, 1984.

HARVEY, D. **O Enigma do Capital**. Editora Boitempo, Rio de Janeiro, 2011.

(IPEA). <https://www.ipea.gov.br/portal/>

MEDINA, Naná Mininni; SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Educação ambiental: uma**

metodologia participativa de formação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999

MENEZES, H. F.; MINILO, X. K. **Pesquisa e Extensão como Contribuição da Universidade na Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil**. In: Journal Global Studies. Revista Meridiano 47. <http://www.meridiano47.info>.

Acesso

em

https://www.academia.edu/34889975/Pesquisa_Extensao_como_Contribuicao_da_Universida_de_implementacao_Objeticos_de_Developmento_Sustent%C3%A1vel_ODS_co_Xaman_Minillo

MEDINA, Naná Mininni; SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Educação ambiental: uma**

metodologia participativa de formação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999

MENEZES, H. F.; MINILO, X. K. **Pesquisa e Extensão como Contribuição da Universidade na Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento**

Sustentável (ODS) no Brasil. In: **Journal Global Studies.** Revista Meridiano 47.
<http://www.meridiano47.info>.

Acesso

em

https://www.academia.edu/34889975/Pesquisa_Extensao_como_Contribuicao_da_Universidade_de_implementacao_Objeticos_de_Deenvolvimento_Sustentavel_ODS_co_Xaman_Minillo

MOSTAFÁ, J. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Cartilha

OSD

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190905_cadernos_ODS_objetivo_5.pdf